

# Sumário

Número de notícias: 18 | Número de veículos: 14

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Governo é forçado a desidratar PEC Emergencial para não sofrer derrota..... 3

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara tira dispositivo que liberaria R\$ 65 bi..... 7

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL

Câmara mantém reserva de recursos para o Fisco..... 8

O GLOBO - RJ - ECONOMIA  
SEGURIDADE SOCIAL

Margem de consignado é elevada para até 40%..... 9

VALOR ECONÔMICO - SP - POLÍTICA  
SERVIDOR PÚBLICO

Senado torna perene programa de crédito para micro e pequena empresa..... 11

ESTADO DE MINAS - MG - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Zonas francas: impulso que falta para o Brasil (2)..... 12

VALOR ECONÔMICO - SP - OPINIÃO  
REFORMA TRIBUTÁRIA

Sobre caminhoneiros e desempregados (2)..... 13

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Congresso dos EUA dá aprovação final para pacote de US\$ 1,9 trilhão..... 15

O ESTADO DE S. PAULO - NOTAS E INFORMAÇÕES  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Vacinar para crescer (3)..... 19

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

EUA desistem de sobretaxar alumínio..... 20

O GLOBO - RJ - MUNDO  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Os Estados Unidos voltam a sonhar - GUGA CHACRA..... 21

VALOR ECONÔMICO - SP - INTERNACIONAL  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

Biden agora mira pacote trilionário de infraestrutura..... 22

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS  
TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS

União indica mais dois nomes para Petrobras..... 24

CORREIO BRAZILIENSE - DF - MUNDO  
ECONOMIA

Caminho aberto para agenda social..... 26

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO  
ECONOMIA

O Brasil caminha para a estagflação? - SOLANGE SROUR..... 27

---

Quinta-Feira, 11 de Março de 2021

O ESTADO DE S. PAULO - POLÍTICA  
ECONOMIA

Lula diz estar livre da Lava Jato e faz aceno ao centro ..... 29

O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA E NEGÓCIOS  
ECONOMIA

Esperança e desconfiança na América Latina (3) ..... 31

O GLOBO - RJ - OPINIÃO  
ECONOMIA

Lula em plena campanha para voltar ao poder (3) ..... 32

# Governo é forçado a desidratar PEC Emergencial para não sofrer derrota



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), durante sessão Foto: Luis Macedo/Câmara dos Deputados

**Danielle Brant e Bernardo Caram**

Sob risco iminente de que a estrutura principal da PEC Emergencial fosse derrubada, o governo foi forçado nesta quarta-feira (10) a fazer uma desidratação parcial do texto. Em votação na Câmara dos Deputados, articuladores do Planalto aceitaram abrir mão de medidas de ajuste fiscal defendidas pelo Ministério da Economia.

O texto-base da PEC foi aprovado na madrugada desta quarta em primeiro turno na Câmara. A proposição recebeu 341 votos favoráveis e 121 contrários -eram necessários pelo menos 308 votos.

Ainda é preciso votar outros destaques. Em seguida, a PEC será votada em segundo turno e precisa receber ao menos 308 votos favoráveis para ser aprovada. Se não houver mudanças, segue para promulgação pelo Congresso, uma vez que já foi passado pelo Senado.

Pela negociação na Câmara, serão retirados do texto dispositivos que impediriam progressões e promoções de carreira de servidores e agentes públicos. Com a medida, mesmo em casos de emergência fiscal ou calamidade pública todos os servidores seguirão com o direito a avançar nas carreiras, aumentando assim seus salários.

Até as 21h, os deputados analisavam destaques que poderiam alterar o teor do texto. Após a conclusão, a expectativa era que o texto fosse votado em segundo turno ainda nesta quarta para posteriormente seguir para promulgação.

Destaque apresentado pelo PT tinha como objetivo

retirar o artigo da PEC que estabelece gatilhos de ajuste fiscal nos estados e municípios quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente.

Pelo artigo, nesses casos, podem ser adotados mecanismos para reduzir o endividamento, com a proibição de concessão de aumentos a servidores, realização de concursos públicos ou criação de despesas obrigatórias.

Na prática, porém, a retirada desse dispositivo não inviabilizaria apenas o ajuste dos governos regionais, mas também da União. Ainda tomaria sem efeito o ajuste fiscal proposto em caso de decretação de calamidade, enterrando o protocolo de crise elaborado pelo Ministério da Economia.

Esse efeito em cascata ocorreria porque nos casos de calamidade ou de crise fiscal na União, a PEC afirma que serão adotados os ajustes previstos no artigo que trata de estados e municípios -e que quase foi descartado pelos deputados.

Esses mecanismos são o pilar da proposta defendida pela equipe econômica. O ministro Paulo Guedes (Economia) chegou a dizer a interlocutores que poderia deixar o cargo se o Congresso não aprovasse as medidas de ajuste como contrapartida à liberação da nova rodada do auxílio emergencial.

Para evitar a aprovação do dispositivo, o acordo construído, formalizado pelo líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), inclui a apresentação, no segundo turno, de um destaque para suprimir da PEC todos os dispositivos que impedem a progressão e promoção de agentes públicos. Esteves Colnago, assessor especial de Guedes, esteve no plenário para ajudar a costurar o pacto.

De acordo com interlocutores de Guedes, o ministro deu aval ao acordo para liberar as progressões. A estratégia foi abrir mão de um ponto considerado menor para salvar todo o resto da proposta. A avaliação é que a eliminação dos gatilhos de ajuste fiscal teria sido uma das maiores derrotas deste governo no Congresso.

Levantamento preliminar do Ministério da Economia indica que o impacto da liberação das promoções e progressões é de cerca de R\$ 1,5 bilhão em um ano

para o governo.

O custo total da medida será mais alto porque também se estende a servidores estaduais e municipais.

Os gatilhos para suspensão de reajustes salariais em caso de calamidade, inclusive de policiais, no entanto, foi mantido. Um destaque apresentado para derrubar os gatilhos foi derrotado após governo e partidos fenarem acordo abrindo mão da restrição à progressão e promoção na carreira.

"Que fique muito claro, não se trata de uma exclusividade para a questão da segurança. Estamos permitindo, com essas supressões, as progressões e promoções a todas as categorias. Que a gente possa fazer o mínimo possível de estrago", disse o relator do texto, Daniel Freitas (PSL-SC), que manteve o texto como veio do Senado.

O presidente Jair Bolsonaro e deputados ligados à segurança pública tentaram excluir do ajuste categorias como policiais e militares, o que foi negado. Com a sensação de que foram traídos pelo presidente, os integrantes da UPB (União dos Policiais do Brasil) ameaçam paralisação e rompimento com o atual governo.

Depois de quase duas horas de votação aberta e com o acordo formalizado, o texto-base da PEC foi mantido por 319 votos a 181.

Mais cedo, na votação de um destaque do PDT sobre desvinculação de receitas de fundos e órgãos, o governo foi derrotado por seis votos.

Com isso, o governo não poderá remanejar recursos de fundos como o de meio ambiente, cultura, aviação civil, saúde e social. Também será obrigado a manter os repasses à **Receita Federal**.

Além de representantes da Economia, o ministro Luiz Eduardo Ramos (Secretaria de Governo) também esteve no plenário para ajudar a costurar o acordo. Ele, porém, minimizou as derrotas sofridas. "A democracia impõe o debate e o voto. Se o voto de quem queria manter os votos ganhou, cabe ao governo ou quem está disputando respeitar o resultado", disse.

"A democracia impõe a naturalmente a divergência de opiniões. Isso aí é previsto. Eu sempre digo sem querer ofender ninguém: na Coréia do Norte, deve ser mais fácil. Não deve teressapluralidade."

A PEC foi aprovada no Senado na quinta (4). A tramitação acelerada tem como objetivo destravar o pagamento do auxílio emergencial em março.

Segundo Guedes, as parcelas irão variar de R\$ 175 a R\$ 375. O valor médio será de R\$ 250.

A PEC autoriza o uso do saldo financeiro dos fundos públicos para compensar a dívida pública. A medida é uma forma de balancear o endividamento a ser realizado para pagar o novo auxílio e outras consequências da crise.

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>





## **Câmara rejeita desvincular repasses de fundos e da Receita Federal**

Em uma derrota para o governo, a Câmara rejeitou nesta quarta-feira (10) a desvinculação de receitas de impostos a fundos, despesas e órgãos específicos. A decisão desidrata a PEC Emergencial. Em sessão de plenário, os deputados analisam destaques de bancadas de partidos, que sugerem alterações na proposta. O texto-base foi aprovado em primeiro turno na madrugada desta quarta. Em um dos pontos, o PDT sugeriu a retirada do dispositivo que proíbe a vinculação de receitas tributárias a órgãos, fundos e despesas específicas, com algumas exceções. Parlamentares e auditores fiscais afirmam que essa medida colocaria em risco o repasse de recursos à Receita Federal. Para manter o texto, o governo precisava alcançar 308 votos. O resultado, porém, ficou em 302 pela manutenção do texto. Outros 178 votaram pela supressão do dispositivo.



#### PEC Emergencial

##### Auxílio emergencial

- Permite nova rodada da assistência em 2021, com custo de até R\$ 44 bilhões. Novo auxílio fica fora do teto de gastos
- Texto não detalha público e valor do auxílio. Governo editará MP para efetivar o programa, que deve ter parcela padrão de R\$ 250 por quatro meses (mulher chefe de família receberá valor mais alto, e pagamento será menor para pessoas que vivem sozinhas)

##### MEDIDAS DE AJUSTE

##### Decreto de calamidade pública nacional

- Pode ser acionado em situação de crise aguda e generalizada no país, como em uma pandemia. Neste ano, o governo não pretende decretar nova calamidade
- Cria dispositivos para enfrentamento dessas crises, como a flexibilização de limites de gastos e afrouxamento de regras para compra de insumos e contratação de pessoal
- Durante a vigência da calamidade, gatilhos de controle de despesa também são acionados. Objetivo é compensar o endividamento provocado pelo aumento de gastos
- Entre os gatilhos, estão a suspensão de reajustes de servidores, de criação de cargos e concursos públicos, além de vedação de aumento de auxílios e criação de despesas obrigatórias ou incentivos tributários
- Fica autorizado o uso do saldo financeiro dos fundos públicos para abater a dívida pública

##### Emergência fiscal

- Para a União, cria gatilhos a serem acionados temporariamente em caso de aperto nas contas públicas, quando a despesa obrigatória primária passar de 95% da despesa total. Para estados e municípios, o ajuste é facultativo, quando a despesa corrente ultrapassar 95% da receita corrente

##### Outras medidas

- Determina um prazo de seis meses para que o governo apresente um plano para redução gradual dos benefícios tributários. Proposta terá que estabelecer corte de benefícios em 10% ao ano, levando o montante a até 2% do PIB em oito anos (hoje está acima de 4% do PIB)
- Prorroga de 2024 para 2029 o prazo para que estados e municípios paguem precatórios

##### O que saiu da PEC

- Proibição de promoções e progressões de carreira para servidores públicos em momentos de emergência fiscal ou calamidade pública
- Desvinculação de receitas tributárias a fundos, despesas e órgãos específicos. Governo não poderá remanejar recursos que alimentam fundos como os de ambiente, cultura, aviação civil, saúde e social. Também será obrigado a manter os repasses à Receita Federal
- Extinção do gasto mínimo para saúde e educação
- Gatilhos mais rígidos, como corte de jornada e salário de servidores públicos em até 25%, além de redução de pelo menos 20% dos cargos de confiança
- Fim das transferências de recursos do FAT ao BNDES
- Fim da obrigatoriedade de reajuste anual dos servidores

# Câmara tira dispositivo que liberaria R\$ 65 bi

**Idiana Tomazelli, Camilla Turtelli**

O plenário da Câmara dos Deputados derrubou um dispositivo da PEC emergencial que daria mais flexibilidade ao governo na gestão do Orçamento federal.

Os parlamentares aprovaram um destaque do PDT que retirava do texto a possibilidade de desvinculação de receitas hoje carimbadas para órgãos, fundos ou despesas específicas.

Foram 178 votos a favor e 302 contra a retirada - eram necessários 308 votos contrários para manter o texto do relator.

Segundo apurou o Estadão/ Broadcast, cálculos do governo apontavam inicialmente que o dispositivo de desvinculação dessas receitas poderia liberar cerca de R\$ 72 bilhões por ano. Nos trâmites finais da PEC no Senado, esse valor já havia caído a cerca de R\$ 65 bilhões, pois os congressistas ampliaram a lista de exceções, ou seja, fundos ou classes de despesas imunes à vinculação. Como mostrou a reportagem, uma das alterações de última hora beneficiou ações de "interesse à defesa nacional" e "destinadas à atuação das Forças Armadas".

Os recursos não seriam dinheiro novo para gastar, mas ficariam disponíveis para bancar gastos de outras áreas, que eventualmente precisem ser financiados com recursos obtidos com a emissão de títulos da dívida pública. Hoje, a receita atrelada a determinado fundo ou órgão não pode ser utilizada para outra finalidade, o que foi mantido com a derrubada do destaque.

A desvinculação é uma das bandeiras defendidas pelo ministro da Economia, Paulo Guedes, desde a campanha eleitoral.

O dispositivo inserido na proposta, porém, tinha alcance mais limitado do que o desejado pela equipe econômica e já vinha ganhando uma lista ainda maior de exceções.

Parlamentares do PDT comemoraram a manutenção dos recursos vinculados para despesas nas áreas de educação, saúde e assistência, mas a medida também beneficiou auditores fiscais, que eram contrários à

desvinculação de recursos que abastecem fundos da **Receita Federal** usados no pagamento de bônus aos profissionais do órgão.

A equipe econômica foi contra a derrubada do destaque, embora parlamentares alinhados ao governo tenham defendido a mudança. "Não é justo falar em equilíbrio fiscal tirando recursos da administração tributária", disse o deputado Celso Sabino (PSDB-PA).

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Câmara mantém reserva de recursos para o Fisco

FERNANDA TRISOTTO E BRUNO GÓES

Após pressão de servidores da **Receita Federal** e intervenção do ministro da Economia, Paulo Guedes, a Câmara dos Deputados retirou da proposta de emenda à Constituição (PEC) Emergencial o trecho que acabaria com os recursos carimbados para o Fisco.

Os parlamentares aprovaram um destaque, apresentado pelo PDT, que mantém a vinculação de recursos do Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (Fundaf).

A mudança ocorre após mobilização nacional da categoria - na terça-feira, 90% dos oito mil auditores fiscais pararam - e da ameaça de uma entrega em massa de cargos de chefia na Receita caso o fim da reserva dos recursos não fosse retirado do texto. O Sindifisco Nacional estimava que cerca de 220 diretores colocariam os cargos à disposição caso a desvinculação de receitas avançasse.

Hoje, a Constituição proíbe que receitas sejam vinculadas para despesas ou órgãos, mas abre exceções. Uma delas é para "atividades da administração tributária". O texto que havia sido aprovado no Senado, porém, acabou com essa proteção.

## COMUNICADO INTERNO

Com a mudança aprovada ontem pela Câmara, a redação do texto constitucional permanece como está. Também sai da PEC a proteção de verbas para militares, que havia sido incluída de última hora.

Além da mobilização dos servidores, o secretário especial da Receita, José Barroso Tostes Neto havia solicitado reunião interna com Guedes.

Na ocasião, ele disse que não concordava com a mudança na regra e informou que entrou em contato com a Secretaria de Governo para que a pasta pedisse à presidência da Câmara a manutenção da redação que, na prática, permite carimbar as receitas do Fisco. A informação consta de um **comunicado** interno de Tostes a auditores fiscais, ao qual O GLOBO teve acesso, e foi confirmada por fonte

próxima a Guedes.

## GARANTIA DE ARRECADAÇÃO

A manutenção do atual texto constitucional foi defendida pelo deputado Celso Sabino (PSDB-PA), com o argumento de que, em meio a uma crise, deve-se preservar a **Receita Federal**, que garante recursos para áreas como saúde e educação. A fala foi endossada por Coronel Tadeu (PSL-SP), da base do governo, que recordou a previsão de aumento de R\$ 34 bilhões em arrecadação no Orçamento deste ano.

Já o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (PP-PR), defendeu o texto aprovado no Senado:

- A posição do governo é votar, manter o texto do relator. O deputado Daniel Freitas ouviu a todos, debateu, e o seu texto deve ser mantido.

O presidente do Sindifisco Nacional, Kleber Cabral, disse que a categoria recebeu a aprovação do destaque com "surpresa e alívio":

-Foi uma vitória que parecia impossível. A matéria era muito em favor do próprio Estado, não era uma questão corporativa que se misturava com outros assuntos da PEC, como o congelamento de salários e gatilhos que afetam os servidores.

A previsão era que ontem mesmo os fiscais da Receita encerrassem a mobilização já programada, além de suspender a entrega de cargos de chefia, para avaliar os próximos passos. Apesar de considerar um momento de comemoração, Cabral diz que esse episódio não põe fim a outros problemas que a Receita enfrenta dentro do Ministério da Economia e do governo.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Margem de consignado é elevada para até 40%

STEPHANIE TONDO

O Senado aprovou ontem o projeto de lei de conversão da medida provisória (MP) 1006/2020, que aumenta de 35% para 40% a margem que aposentados e pensionistas do **INSS** poderão comprometer com crédito consignado. Também foram incluídos no texto militares e **servidores públicos** de todas as esferas. O projeto foi aprovado um dia antes de perder a validade e agora segue para sanção do presidente Jair Bolsonaro. Se não houver vetos, entra em vigor a partir da data de publicação no Diário Oficial.

Com a aprovação, o limite de 40% para o crédito consignado, que deixou de valer em janeiro, fica em vigor até 31 de dezembro. Dos 40% da renda que poderão ser comprometidos com a dívida, 5% continuarão sendo destinados à modalidade de cartão de crédito consignado, como já ocorria com o teto de 35%.

Relator do projeto no Senado, o senador Plínio Valério (PSDB-AM) salientou que a medida "não é o ideal", mas que, neste momento, é o mais sensato a fazer:

-Se o aposentado e o pensionista não tiver como buscar o consignado, iria recorrer à rede bancária e se endividar ainda mais. Não é o ideal, mas é o que se pode fazer.

## JUROS MENORES

Para o presidente da Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas (Cobap), Warley Martins, a medida é positiva, já que na pandemia muitos beneficiários do **INSS** tiveram de assumir as principais despesas da família, devido ao aumento do desemprego e a redução de renda de filhos e netos.

No entanto, ele pede que os segurados tenham cuidado para não se endividarem de forma a perder o controle do orçamento.

-A maioria pega empréstimo para comprar remédios e comida, porque não dá para sobreviver com o que ganha. E é por isso que pedimos cuidado, senão depois o aposentado acaba tendo a aposentadoria muito reduzida com o pagamento das parcelas - explica.

Para Alexandre Espírito Santo, economista da Órama e professor de Finanças do Ibmecc/RJ, o crédito consignado é uma alternativa "bastante razoável" a outros tipos de empréstimo disponíveis no mercado, que têm juros muito mais altos, como o cartão de crédito rotativo e o cheque especial. Ele também reforça, porém, que é preciso cautela:

- O ideal é que a pessoa não comprometa mais do que 25% ou 30% da renda com dívidas. É claro que estamos vivendo um momento atípico e grave, que mexe com a vida de todos. Muitos estão desempregados, e as famílias enfrentam dificuldades financeiras. Mas devemos cortar supérfluos e evitar gastos desnecessários.

Em nota, a Associação Nacional dos Profissionais e Empresas Promotoras de Crédito e Correspondentes no País (Aneps) comemorou a decisão. O presidente da entidade, Edison Costa, disse que irá trabalhar para que a ampliação da margem se torne permanente:

- Temos pouco mais de oito meses para intensificar as articulações em Brasília e apresentar um projeto consistente e legítimo. A aprovação da MP mostra que estamos no caminho certo.

## AUXÍLIO-DOENÇA

O texto aprovado no Congresso também autoriza o governo a conceder o auxílio-doença por meio do envio de atestado médico e documentos pelo aplicativo ou site do Meu **INSS**, sem que o segurado tenha de passar por perícia médica presencial. Essa dispensa tem caráter excepcional, também até 31 de dezembro de 2021, e o benefício por incapacidade temporária não poderá ter duração superior a 90 dias.

Os requisitos para apresentação e a forma de análise do atestado médico e dos documentos complementares serão estabelecidos em ato conjunto da Secretaria Especial de Previdência e Trabalho e do **INSS**.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>



## VEJA COMO FICA O CRÉDITO

### Margem consignável antes da MP

30% de crédito consignado +  
5% do cartão de crédito  
consignado = **35%**



### Com a mudança

35% de crédito consignado +  
5% do cartão de crédito  
consignado = **40%**

### Taxa média de juros para o consignado (% - janeiro de 2021)

|            | Ao ano | Média/mês |
|------------|--------|-----------|
| INSS       | 21,5   | 1,79      |
| Servidores | 16,1   | 1,34      |

### Taxas de juros (% ao mês)

|                         | INSS | Servidores |
|-------------------------|------|------------|
| Banco do Brasil         | 1,55 | 1,24       |
| Bradesco                | 1,6  | 1,18       |
| Caixa Econômica Federal | 1,52 | 1,19       |
| Itaú                    | 1,67 | 1,29       |
| Santander               | 1,61 | 1,2        |

Fonte: Banco Central

### Simulação

Pensionista  
com benefício de  
**R\$ 2.500**

Valor do  
empréstimo:  
**R\$ 5 mil**

Taxa  
de juros:  
**1,7% ao mês**

Valor máximo da parcela  
com margem de 30%:

**R\$ 750 por mês**

Número de parcelas: 8

Valor da parcela: R\$ 673,75\*

Valor final da dívida: **R\$ 5.390**

Valor máximo da parcela  
com margem de 35%:

**R\$ 875 por mês**

7

R\$ 763,68\*

**R\$ 5.345,76**

\*Parcela máxima permitida com o juro de 1,7% ao mês

Fonte: Calculadora do Cidadão / BC

Editoria de Arte

# Senado torna perene programa de crédito para micro e pequena empresa

**Vandson Lima e Renan Truffi**

O Senado aprovou ontem projeto que toma permanente o Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) como uma política oficial de crédito.

As instituições financeiras poderão emprestar crédito no âmbito do programa com taxa de juros anual máxima de 6% ao ano mais a Selic. Para os empréstimos tomados no ano passado, quando o programa ainda era considerado uma medida emergencial, a taxa era de 1,5% mais a Selic. A matéria vai à Câmara dos Deputados.

A ideia é dar um tratamento diferenciado às micro e pequenas empresas, consolidando os pequenos negócios "como agentes relevantes de sustentação, transformação e desenvolvimento da economia nacional", apontou a relatora, senadora Kátia Abreu (PP-TO). "Essas pequenas e micro empresas empregam 50% da mão de obra de carteira assinada do país, são 90% das empresas e produzem 27% do PIB", defendeu.

O Pronampe concedeu mais de R\$ 37,5 bilhões em empréstimos em 2020, abrangendo mais de 440 mil empreendedores. Apesar disso, Kátia diz que ainda há resistência do setor financeiro em apoiar esses negócios. "Há uma descrença e uma falta de entusiasmo do sistema financeiro brasileiro de financiar essas micro e pequenas empresas. Isso precisa ser restabelecido e modificado, e um dos instrumentos poderosos que nós temos para isso é esse projeto de lei".

A linha de crédito concedida no âmbito do Pronampe corresponderá a até 30% da receita bruta anual obtida no ano anterior. No caso das empresas que tenham menos de um ano de funcionamento, o limite do empréstimo corresponderá a até 50% do seu capital social ou a até 30% de 12 vezes a média da sua receita bruta mensal apurada no período, desde o início de suas atividades - o que for mais vantajoso.

As instituições participantes do Pronampe operarão com recursos próprios e contarão com garantia a ser prestada pelo FGO Pronampe, de até 100% do valor de cada operação garantida, com cobertura pelo fundo limitada ao valor máximo segregado pelo

Administrador do FGO para a garantia da carteira da instituição participante do Pronampe, não podendo ultrapassar 85% da respectiva carteira.

O ponto mais controverso da matéria foi a prorrogação do prazo de carência dos empréstimos concedidos por mais seis meses, a partir da publicação da lei. Na terça-feira, o governo já havia autorizado um alongamento de três meses no prazo, de oito para 11 meses. O líder do governo, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), avisou que a base do governo vai trabalhar para retirar este dispositivo durante a análise da proposta na Câmara.

O plenário também aprovou a Medida Provisória que eleva de 35% para 40% a margem do crédito consignado para alguns grupos. Inicialmente, a medida proposta pelo governo previa a ampliação dessa margem apenas para os aposentados. Por decisão dos parlamentares, no entanto, o novo limite beneficiará também militares, pensionistas e **servidores públicos**, desde que 5% sejam destinados para amortizar empréstimos do cartão de crédito ou sacar dinheiro no caixa com as mesmas taxas do cartão.

Por fim, o Senado também aprovou e remeteu à Câmara dos Deputados projeto de lei que cria condições para se implantar nas rodovias concedidas um sistema de cobrança de tarifa por quilômetro rodado, chamado passagem livre, ou "free flow".

Com ele, todos os veículos que trafegarem na rodovia pagarão pedágio, mesmo naqueles casos em que o motorista usa a via diariamente. A diferença é que a cobrança será feita de maneira proporcional ao seu uso. A proposta ganhou importância porque consta da lista de 35 prioridades legislativas do governo, que foi entregue ao Congresso Nacional no início de fevereiro.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>



# Zonas francas: impulso que falta para o Brasil (2)

**Ângelo Ambrizzi**

Já imaginou uma pequena área de produção industrial ser capaz de gerar riqueza para todo o país? No Brasil, a Zona Franca de Manaus pode ser vista como um grande exemplo de ambiente físico com incentivos econômicos, que se fosse replicado para outras regiões poderia auxiliar positivamente no cenário econômico no qual vivemos.

Prova disso está nos dados divulgados pela Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) no final de 2020. Em meio a toda instabilidade econômica causada pela pandemia, o polo faturou R\$ 95,49 bilhões entre janeiro e outubro - um aumento de 9,71% em relação ao mesmo período de 2019.

O sucesso econômico que as zonas francas conquistam é devido ao seu sistema de funcionamento muito simples, mas altamente eficiente: incentivar a instalação de polos industriais na região em troca da isenção dos principais **tributos** sobre consumo do país - o IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) e o ICMS (Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação).

Com tantos benefícios comprovados, a grande questão é: por que não existem outras zonas francas no Brasil? Existem várias respostas, mas acredito que a mais coerente está na lógica do regime tributário em arrecadar e não incentivar a geração de riquezas.

A estratégia tributária brasileira para aumentar a arrecadação é aumentar a carga tributária, em vez de incentivar o crescimento econômico para que as novas riquezas geradas aumentem a arrecadação, mesmo com uma carga tributária menor que a atual. Esse tipo de atitude governamental tem apenas visão de curto prazo.

O grande problema da equação tributária utilizada no Brasil é que ela produz uma curva negativa ao invés de ser próspera, ou seja, o alto custo tributário não potencializa o crescimento, mas sim o achatamento da economia. Isso porque a carga tributária eleva os preços e inviabiliza ou diminui o consumo pela população.

Em 2019, por exemplo, a carga tributária do país alcançou seu patamar recorde de 35,17% do **PIB**, segundo um estudo levantado pelos economistas José Roberto Afonso e Kleber Pacheco de Alves. O último pico registrado foi em 2008, no percentual de 34,64%.

Precisamos urgentemente de uma **reforma tributária** integral que altere de vez essa estratégia negativa para a economia. O caminho mais viável é por meio da redução da carga e a consequente diminuição dos preços de produtos e serviços, o que aumentará o consumo, gerando um ciclo virtuoso de arrecadação no país.

A criação de novas zonas francas seria uma ótima forma de estimular essa mudança e o impulso econômico que todo país necessita. Outro ponto da implementação da zona franca é o desenvolvimento regional ocasionado pela demanda de mão de obra especializada, bem como estrutura de rodovias, hotéis, entre outros.

Além disso, as zonas francas incentivam ainda o investimento estrangeiro no país, uma vez que a existência de legislação que incentiva os benefícios fiscais por período certo gera segurança jurídica e previsibilidade para possíveis investidores.

A criação de novas zonas francas pode contribuir - e muito - para melhorar a situação econômica do país. Para isso, contudo, é necessário que haja um alinhamento entre a União, estados e municípios, tendo como premissa de curto prazo a diminuição da carga tributária pelos incentivos fiscais. A longo prazo, elas contribuirão para um aumento da riqueza do país, e, conseqüentemente, melhora no volume arrecadado.

Para a cultura política do Brasil pode parecer uma proposta ousada. No entanto, é a ordem tributária mais eficiente.

Ângelo Ambrizzi, Advogado, especialista em direito tributário pelo Ibet, Apet e FGV, com extensão em finanças pela Saint Paul e em turnaround pelo Insper, líder da área tributária do Marcos Martins Advogados

Site: <http://digital.em.com.br/>

## Sobre caminhoneiros e desempregados (2)



Roberto Troster

A desoneração do diesel, o aumento da tributação dos bancos e a PEC, prorrogando o auxílio emergencial, têm um lado positivo: ilustram qualidades da política econômica. Uma é a complexidade desnecessária da tributação, o Brasil está entre os dez piores do mundo.

A tributação do diesel mostra bem. Nele incidem quatro **impostos** -Cide, PIS/Pasep, Cofins e ICMS, dos quais os três primeiros são federais. Leia-se três alíquotas diferentes para calcular e três guias diferentes para pagar ao mesmo ente do governo. Já o ICMS tem 27 alíquotas diferentes, uma em cada Estado.

A baixa efetividade da política econômica também é ilustrada com as medidas adotadas para baixar o custo do diesel. Depende de três fatores: da tributação, reduzida temporariamente, do preço do petróleo, que é parametrizado no exterior, e da taxa de câmbio. O mais importante é o dólar.

Desde o começo do governo, o preço do barril de petróleo subiu 19,4% e o dólar 47,3%, mais do que o dobro. O dólar depende da política cambial do governo, que muda muito pouco. Há quatro tipos de regimes cambiais: câmbio fixo, bandas cambiais, câmbio flutuante e câmbio tupiniquim. O regime cambial brasileiro é único no mundo.

A ausência de uma estratégia de atuação conhecida

do Banco Central, a fragmentação do mercado, com burocracia no mercado à vista e eficiência operacional no mercado futuro, tributação maior de operações do setor não financeiro do que do financeiro e reservas rígidas, tomam o câmbio volátil e incerto, em vez de fluante.

As variações da divisa são danosas para o setor de transportes, para a **inflação**, para o comércio internacional, para os investimentos externos e para a geração de empregos. De acordo com a The Economist, é o segundo país que mais desvalorizou no último ano, só perde para a Argentina, mas é mais volátil aqui. Haverá avanços com a nova lei cambial, mas é um mudar sem mudar muita coisa. Pode-se fazer mais.

Outra qualidade da política econômica que veio à tona, é que apesar da arrecadação tributária ser superior a um terço do **PIB**, o espaço para gastos com subsídios ao diesel e com o auxílio emergencial não existe. É uma dificuldade que pode ser resolvida com ajustes institucionais. Mas os que são feitos agravam o problema. Um exemplo é a emenda do teto dos gastos.

Foi aprovada para melhorar a dinâmica dívida/**PIB**. Limita o crescimento dos gastos à **inflação** do ano anterior. A variável importante, que é a relação dívida/**PIB** não entra na regra. Se sobe o **PIB** a relação **caí**, se cai a relação aumenta, e a regra é a mesma. Apenas se tangencia na solução, em vez de resolver o problema.

A estratégia para o ajuste da dinâmica **PIB** guarda paralelos com a adotada na Grécia, que está com **PIB** 30% abaixo da crise de 2008 e a dívida pública maior do que então. A experiência brasileira é melhor; nos últimos quarenta anos, a relação dívida **PIB** caiu em quinze anos, em 1990, com "congelamento", em 2003, com arrocho, e em treze anos em que o **PIB** cresceu mais de 3%. Historicamente, trabalhar no denominador da fração, crescer, é melhor que no numerador, arrochar. O placar é 13 a 2.

Tributar os lucros dos bancos pode parecer popular. Mas é pouco efetivo. O que vai acontecer é que as instituições financeiras vão recolher o tributo, mas quem vai pagar o aumento são os tomadores de crédito, fragilizados com as sequelas da pandemia e que já pagam 6,5% do **PIB** de juros ao sistema financeiro ao que se deve acrescentar o peso das dívidas que não estão mais no ativo dos bancos, mas

continuam onerando as empresas.

O Brasil está no que é conhecido na literatura econômica como o trecho negativo da curva de Lafer. Explica que o excesso de voracidade de arrecadação pode resultar em menos arrecadação, em vez de mais. A preocupação deveria aumentar a base de tributação a longo prazo e não cavar um buraco agora, para ter que tampar um maior depois.

Outro destaque é o auxílio emergencial. É necessário e urgente, são 14 milhões de desempregados aos que se devem adicionar 6 milhões de desalentados. Mas é um empurrar com a barriga. Antes da pandemia, já era um problema, com 12 milhões de desempregados. Com a pandemia, muitos postos de trabalho foram destruídos.

O problema é estrutural. Políticas para gerar postos de trabalho são necessárias e urgentes. A pandemia vai acabar e o desemprego vai continuar se nada for feito. Fazendo um paralelo com os caminhoneiros: nos últimos oito anos, enquanto o número de veículos aumentou 15% o **PIB** caiu 3%. Nem diesel grátis resolve. A solução definitiva para ambos é outra.

Um aspecto adicional da política econômica é a miopia. Está focada em respeitar o teto de gastos, obter recursos para o auxílio emergencial e assistir os caminhoneiros. São importantes. Todavia, atua pouco ou nada na variável mais importante para reduzir a relação dívida/**PIB**, aumentar a demanda de fretes, reduzir o desemprego e elevar o investimento. É crescer.

Há muito que pode ser feito. Uma medida pode ser a eliminação da correção pela Selic das dívidas fiscais. Note-se que a moeda nacional é o real, as empresas e cidadãos faturam em reais, o governo emite reais a custo zero e é responsável pela manutenção de seu valor. Se administra mal, passa a conta a quem deve em reais corrigidos pela Selic.

Empresas e cidadãos com dificuldades temporárias de caixa vêm suas dívidas fiscais se multiplicarem e, na maioria dos casos, ficam inadimplentes com o fisco e demais credores. O ajuste proposto daria uma injeção de recursos e de ânimos na economia sem afetar o déficit primário e a dívida pública bruta.

Uma **reforma tributária** mais abrangente que a atual, ajustes na política cambial, remoção do entulho inflacionário da intermediação, uma modernização institucional, melhoria na alocação de gastos fiscais, uma renegociação estruturada de dívidas e adequações na indexação podem fazer muita diferença. O importante é o foco: fazer o Brasil do futuro virar o Brasil do presente. Os resultados podem

surpreender os brasileiros e o mundo.

É isso.

Roberto Luis Troster é economista.  
robertotroster@uol.com.br.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

# Congresso dos EUA dá aprovação final para pacote de US\$ 1,9 trilhão



A presidente da Câmara, Nancy Pelosi, e o líder da maioria democrata no Senado, Chuck Schumer, mostram o documento assinado do pacote de estímulo econômico de US\$ 1,9 trilhão, que vai para a sanção do presidente Joe Biden. Oliver Dowling/AFIP

**Felipe Loureiro, Maria Antonieta Del Tedesco Lins**

O Congresso dos Estados Unidos deu a aprovação final nesta quarta-feira (10) para o abrangente pacote de estímulo do presidente Joe Biden, de quase US\$ 1,9 trilhão.

Por 220 a 211 votos, a Câmara dos Deputados aprovou a medida e a liberou para a assinatura de Biden, confirmando uma das maiores injeções de ajuda federal desde a Grande Depressão. Biden deverá assinar o projeto de lei nesta sexta-feira (12). Todos os deputados democratas votaram a favor, com exceção de Jared Golden, do Maine.

O plano proporcionará mais uma rodada de pagamentos diretos a muitos americanos, uma prorrogação dos benefícios federais aos desempregados e bilhões de dólares para distribuir vacinas contra o coronavírus e fornecer ajuda a escolas, estados, governos tribais e pequenas empresas que enfrentam dificuldades com a pandemia.

A votação foi o ápice de um rápido movimento de Biden e dos democratas, que agora detêm o controle das duas Casas do Congresso e da Casa Branca, para enfrentar a pandemia e começar a implementar sua agenda econômica mais ampla.

O pacote inclui um conjunto de medidas que poderá reduzir a pobreza em um terço neste ano e potencialmente cortar a pobreza infantil pela metade, incluindo o aumento de créditos fiscais, ajuda alimentar e assistência a aluguéis e hipotecas.

"Com uma canetada, o presidente Biden vai tirar milhões e milhões de crianças da pobreza neste país",

disse a deputada democrata Rosa De-Lauro, de Connecticut.

"É hora de fazer um investimento ousado na saúde e na segurança da população americana -um momento divisor de águas."

Enquanto os republicanos afirmavam que o plano, cujo custo final foi estimado em US\$ 1,856 trilhão, era inchado e inacessível, as pesquisas indicam que ele tem amplo apoio, com a aprovação de 70% dos americanos, segundo pesquisa do Pew Research Center divulgada nesta quarta.

"Os deputados democratas abandonaram qualquer pretensão de união", disse o deputado Kevin McCarthy, da Califórnia, líder da minoria republicana. "Este não é um projeto de lei de resgate, não é um projeto de lei de alívio. É uma longa lista de prioridades da esquerda que antecede a pandemia."

Biden e os democratas planejam um esforço e labora -do para promovê-lo em todo o país, correndo para reivindicar o crédito pela ajuda ao coronavírus e um conjunto de dispositivos que esperam tornar permanentes nos próximos anos, e para punir politicamente os republicanos por não apoiarem nada disso.

A aprovação final ocorreu menos de dois meses depois que Biden assumiu o cargo e cerca de um ano depois que cidades e estados de todo o país começaram a fechar as portas para conter a disseminação do coronavírus.

A medida fornecerá US\$ 350 bilhões aos governos estaduais, locais e tribais e US\$ 10 bilhões para projetos críticos de infraestrutura estadual; US\$ 14 bilhões para a distribuição de vacinas e US\$ 130 bilhões para escolas primárias e secundárias.

A lei inclui US\$ 30 bilhões para órgãos de transportes, US\$ 45 bilhões em ajuda para aluguéis, serviços públicos e hipotecas, e outros bilhões para pequenas empresas e locais de apresentações ao vivo.

Ela proporcionaria mais uma rodada de pagamentos diretos aos contribuintes, enviando cheques de até US\$ 1.400 aos que ganham US\$ 80 mil ou menos por ano, para pais ou mães solteiros que ganham US\$ 120



mil ou menos e casais com renda anual familiar inferior a US\$160 mil.

Os pagamentos de auxílio-desemprego federal de US\$ 300 por semana serão prorrogados até 6 de setembro, e até US\$ 10.200 de auxílio-desemprego do ano passado ficarão isentos de **impostos** para famílias com renda inferior a US\$ 150 mil. Também proporcionaria um benefício de US\$ 300 por criança menor de 5 anos e US\$ 250 por criança de 6 a 17 anos, aumentando o valor do chamado crédito fiscal infantil.

A legislação ainda contém uma expansão substancial, embora temporária, dos subsídios à saúde que pode reduzir os pagamentos mensais do seguro aos que adquirirem cobertura pela Lei de Acesso à Saúde. E, durante seis meses cobriria totalmente os custos de saúde do plano Cobra, para pessoas que perderam o emprego ou tiveram horas de trabalho reduzidas e que adquirirem cobertura de seu antigo empregador.

#### OPINIÃO

Plano é correção de rumo para combater desigualdades aprofundadas na pandemia

O Plano de Resgate da Economia dos EUA, aprovado pelo Congresso americano, representará muito mais que um simples resgate econômico. Na realidade, trata-se de uma importante correção de rumo, no sentido de combate à pobreza e às desigualdades sociais aprofundadas pela pandemia.

A perspectiva da volta do crescimento e a questão do combate às desigualdades constituem aspectos entrelaçados no pacote de Biden. Isso porque o principal elemento do programa está na transferência financeira direta a famílias de baixa renda, que têm maior propensão a consumir em comparação a grupos mais afluentes.

O contraste com o programa aprovado pelo governo Trump, em março de 2020, em resposta à crise sanitária -que somou, à época, US\$ 2,2 trilhões, quase US\$ 400 bilhões a mais do que o programa atual-, não poderia ser maior.

Enquanto o pacote de Trump destinou grande parcela de recursos a empresas, muitas das quais grandes corporações que não precisavam de ajuda, o pacote de Biden fará o inverso: concederá ajuda limitada à classe empresarial, com exceção de restaurantes e casas artísticas -dois dos setores que mais sofrem com a pandemia-, concentrando recursos em formato de auxílio financeiro direto a famílias de classes médias e baixa.

É verdade que o aumento da renda das famílias mais pobres impulsionado pelo pacote só será traduzido majoritariamente em consumo se a pandemia for vencida nos próximos meses.

Os dois elementos estão profundamente interligados: quanto mais o vírus estiver sob controle, mais a economia reabrirá; quanto mais a economia reabrir, mais o incremento de renda proveniente do programa tenderá a se gastar e em consumo, não somente em serviços, muitos dos quais dependem da presença física dos consumidores para serem comercializados.

O programa de Biden assume como pressuposto essa conexão entre economia e saúde pública, tanto é que mais de US\$ 100 bilhões serão destinados a vacinas e testes. Isso tenderá a aumentar ainda mais o ritmo de vacinação, já acelerado (2 milhões de doses por dia, em média), abrindo reais perspectivas de controle da pandemia para os próximos meses, salvo um cenário de descontrole provocado por variantes do vírus.

Não à toa, dado o potencial círculo virtuoso entre aumento da renda dos mais pobres, reabertura da economia e controle do vírus, estima-se que o crescimento econômico norte-americano mais do que dobrará em 2021, superando patamares que não vistos há décadas, e alçando os Estados Unidos ao posto de uma das principais locomotivas do crescimento global pós-Covid, ao lado da China.

A questão do tratamento conjunto entre crescimento e desigualdade também aparece no plano de Biden em outros aspectos essenciais: da concessão de significativo aumento nos subsídios tributários a famílias mais pobres em proporção ao número de filhos -o que reduzirá drasticamente a pobreza infantil em 2021- à ampliação de subsídios para que grupos de classes baixa e média possam contratar seguros de saúde privados no âmbito do Obamacare.

Tudo somado, não há dúvida de que o pacote agora aprovado representa uma grande vitória da administração Biden, lançando boas perspectivas para que os democratas não só consolidem o apoio junto a minorias negras e latinas como também reconquistem parte da base de trabalhadores brancos sem ensino superior que migrou para o trumpismo.

A grande questão é saber se Biden estará disposto a ir além do temporário, liderando mudanças estruturais que viabilizem redução de desigualdades a longo prazo.

Para tal, será necessário adotar posturas ainda mais duras diante dos republicanos, deixando de lado a tradição legislativa da necessidade de mínimo apoio bipartidário para aprovação de leis não orçamentárias

no Senado. Sem isso, os importantes efeitos do pacote econômico ficarão restritos aos primeiros dois anos de governo.

Felipe Loureiro é professor e coordenador do curso de Relações Internacionais da USP

## OPINIÃO

Ação de países ricos revela como nossa caixinha de ferramentas é enferrujada

A apreciação, pelo Congresso dos EUA, de um plano de recuperação de US\$ 1,9 trilhão diante da pandemia é mais uma oportunidade para refletir sobre o quão desigual é a caixinha de ferramentas de que dispõe cada um dos países do mundo para enfrentar uma crise de amplitude fenomenal que afeta a todos.

Para a maior economia do mundo -nação que emite a moeda aceita em todo tipo de transação e cujo título de dívida pública é a referência de investimento sem riscos-, a implementação de um pacote de estímulos econômicos só pode encontrar resistências na frente política, dada a sua enorme (ilimitada, diriam alguns?) capacidade de aumentar gastos.

É difícil pensar em outro país que possua tamanha margem de ação. Sim, a China seria um possível exemplo, mas em circunstâncias muito distintas.

Há ainda a União Europeia, que, em menor escala e enfrentando uma enorme complexidade institucional, também aprovou um plano de recuperação imponente, totalizando 1,8 trilhão para seus 27 membros. Ele se distingue do pacote aprovado pelos parlamentares estadunidenses por ter um horizonte de tempo mais longo, priorizando investimentos em atividades digitais e mais verdes.

O plano de recuperação proposto por Biden é composto por iniciativas de curto prazo.

Entre os grandes blocos de medidas, estão: transferência de recursos diretamente a indivíduos em situação de vulnerabilidade (isso inclui, além de um "cheque de estímulo", benefícios a desempregados e crédito fiscal a famílias com crianças); aumento do salário mínimo; dinheiro para elevar a testagem contra a Covid e fomentar o processo de vacinação, além de um tipo de complementação do Obamacare, com ampliação dos subsídios para acesso a planos de saúde para famílias de renda baixa e média.

Somando, dá US\$ 1,9 trilhão, cujo ingresso na economia deve acontecer rapidamente. O apoio aos cidadãos para aderir a planos de saúde tem um horizonte de dois anos, enquanto as transferências de

renda devem ir até setembro. Os impactos diretos dessa política são, evidentemente, sobre a economia doméstica via consumo e gastos de empresas que deixarão de quebrar.

Só que, como bem sabemos há bastante tempo, sempre que a economia dos EUA se mexe na piscina global, espalha água para todo lado. Desta vez também podemos esperar transbordamentos, os famosos "spillovers", tão familiares aos economistas.

Americanos gastando a renda adicional significa maior demanda por exportações do resto do mundo, isso é simples e positivo, a priori.

Também já se discute que, pelo lado monetário, a forte expansão econômica projetada, dado o papel do dólar como moeda de reserva internacional, deve levar os demais países a rever suas políticas monetárias e cambiais. Isso porque essa política deve elevar a **inflação** por lá e depreciar o dólar nos mercados. O crescimento rápido pode também trazer mais liquidez aos mercados financeiros e, conseqüentemente, mudanças de posição de investidores, mais volatilidade.

Tal cenário permite prever rodadas de afrouxamento de política monetária em países industrializados, por vezes acompanhadas de aumento de incerteza. Os americanos crescendo forte, a Europa evitando o aprofundamento da crise e projetando investimentos de longo prazo, a governança econômica da China facultando a seus dirigentes diferentes políticas...

Resta saber que margem de manobra têm os emergentes e, ainda mais grave, os menos desenvolvidos para se reorganizar durante a pandemia -que claramente terá maior duração em países como o Brasil, sem resposta política organizada e com vacinação lenta- e depois dela.

Para nós, os tempos não são só de incerteza, são terrivelmente sombrios. Não bastassem os muitos problemas que enfrentamos, haveremos de driblar as mudanças na economia global, sendo que em nossa caixinha faltam ferramentas ou elas estão enferrujadas.

Maria Antonieta Del Tedesco Lins Economista, é professora associada do Instituto de Relações internacionais da USP

Site: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>





## Pontos do pacote

- Cheque de US\$ 1.400 para determinadas faixas renda
- US\$ 350 bi para projetos de infraestrutura em governos regionais
- Prorrogação de auxílio-desemprego federal de US\$ 300 por semana
- Assistência para aluguel e hipotecas
- Recursos para distribuição de vacinas e testagem
- Expansão temporária de subsídio à saúde

## Vacinar para crescer (3)

Apressar a vacinação em todo o mundo, medida "fundamental" para uma recuperação segura e sustentável, é a primeira recomendação da OCDE, a Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento, em seu novo relatório sobre as perspectivas globais. "A velocidade é crucial", disse o secretário-geral da entidade, Angel Gurría. "Não há margem para autocomplacência", acrescentou.

Para isso será necessário, segundo ele, melhorar a cooperação e a coordenação internacionais.

A projeção de crescimento mundial em 2021 foi elevada de 4,2%, número divulgado em dezembro, para 5,6%. O avanço calculado para o Brasil passou de 2,6% para 3,7%. É uma estimativa mais otimista que a do mercado brasileiro: 3,26%, de acordo com a pesquisa Focus divulgada pelo Banco Central (BC) na segunda-feira passada.

Houve acentuada melhora das perspectivas globais nos últimos meses, segundo o relatório.

A mudança é atribuída à distribuição gradual de vacinas, ao anúncio de novas medidas fiscais de apoio econômico e a sinais de maior sucesso nas ações contra o vírus. O estímulo fiscal de US\$ 1,9 trilhão programado nos Estados Unidos dará um forte impulso adicional à economia americana, com crescimento agora estimado em 6,5%, e deverá também proporcionar benefícios a seus principais parceiros comerciais.

Restrições sanitárias são tratadas, no relatório, como políticas normais, ajustáveis de acordo com o avanço no controle da pandemia. Por isso, os países com maior sucesso no combate ao coronavírus poderão colher resultados econômicos mais rapidamente. Em nenhum momento se defende o afrouxamento de medidas preventivas para apressar a liberação das atividades econômicas.

Os economistas da OCDE, assim como seus colegas de outras instituições multilaterais e dos governos mais bem-sucedidos, ficam longe das políticas defendidas pelo presidente Jair Bolsonaro e por seus seguidores mais irresponsáveis.

A retomada global, depois do impacto causado em 2020 pela covid-19, foi mais rápida do que se previa. Até o meio deste ano a produção mundial deverá, segundo o relatório, voltar ao nível pré-pandemia.

Pelas contas da OCDE, o Produto Mundial diminuiu 3,4% no ano passado. O ritmo de expansão previsto para 2021 (5,6%) deve recompor com alguma folga aquela perda. Esse resultado geral deverá ser garantido pelo desempenho de alguns países, como China, Índia, Estados Unidos, Coreia, Japão e Indonésia. Não será o caso dos países da zona do euro nem do Brasil.

A OCDE manteve, no caso brasileiro, uma estimativa de perda econômica de 4,4% em 2020. Mas o recuo foi de 4,1%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Mesmo com esse recuo, no entanto, será impossível o retorno, em 2021, ao patamar pré-crise, se o **PIB** brasileiro crescer de acordo com as projeções correntes. Com o resultado de 2020, o País saiu do grupo das dez maiores economias.

Com a recuperação lenta, a defasagem será maior em relação aos países menos emperrados.

Para prolongar e fortalecer a recuperação global, será preciso, segundo a OCDE, manter políticas monetárias estimulantes, com juros baixos e crédito fácil, e prolongar, ou retomar, os incentivos fiscais, com maiores gastos públicos, linhas de auxílio emergencial e/ou redução da cobrança de **tributos**. As políticas dependerão, naturalmente, das condições de cada país - do espaço disponível em suas contas públicas, de seu endividamento, etc. Estímulos com foco mais definido são recomendados para maior eficiência das políticas.

Recuperação desigual entre setores, insegurança quanto à evolução da pandemia e surgimento de pressões inflacionárias são alguns dos problemas destacados no relatório. Todos esses problemas, pode-se acrescentar, são visíveis no Brasil. Sem entrar nesse detalhe, o relatório fica longe, também, de outras particularidades brasileiras, como a lentidão da política econômica, o desprezo do presidente à prevenção sanitária, a prioridade por ele atribuída a seu interesse eleitoral e seu desprezo à vida dos brasileiros.

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# EUA desistem de sobretaxar alumínio



PAULO LIEBERT/ESTADÃO-7/10/2011

**Comércio.** Em 2019, EUA ficaram com 40% do exportado

**Lorena Rodrigues**

Os Estados Unidos encerraram investigação de subsídios sobre exportações brasileiras de chapas de liga de alumínio sem imposição de sobretaxas ao produto nacional, informaram, em nota conjunta, os Ministérios das Relações Exteriores e da Economia.

Ainda está em curso investigação dos EUA sobre dumping (prática comercial que consiste em vender produtos a preços menores que os custos para eliminar concorrentes) no mesmo caso.

"(O governo brasileiro) recebeu com satisfação o encerramento da investigação sobre subsídios e medidas compensatórias, que foi concluído sem a imposição de sobretaxas ao produto nacional. O governo brasileiro continuará acompanhando a investigação antidumping, ainda em curso, sobre o mesmo produto. A autoridade americana considerou ter havido dumping nas exportações brasileiras, mas deve concluir análise de dano para que se determine a eventual aplicação de medidas", diz a nota.

Em 2019, os EUA compraram US\$ 104 milhões de chapas de alumínio brasileiras, 40% do total exportado pelo País. Durante o governo Donald Trump foram adotadas medidas contra o alumínio e o aço brasileiro, em uma escalada protecionista da administração americana. Com a eleição de Joe Biden, há expectativa nos dois setores de reversão dessas medidas e de um menor protecionismo pelo país norte-americano.

De acordo com o Itamaraty, a investigação no setor de alumínio examinou 23 programas governamentais

brasileiros, como o programa de Financiamento de Máquinas e Equipamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Finame), o programa de drawback, que devolve ao exportador **tributos** sobre a produção vendida ao exterior, e a isenção de PIS/Cofins. A conclusão é que os programas não configuram subsídios.

"Os resultados contribuirão também para fortalecer ainda mais as relações econômico-comerciais entre Brasil e EUA", completa a nota.

A Associação Brasileira do Alumínio (Abal) comemorou a decisão do governo norte-americano.

"O resultado favorável ao nosso pleito fortalece a relação das empresas brasileiras do alumínio com um mercado e um parceiro comercial estratégico", disse a associação, em nota.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Os Estados Unidos voltam a sonhar - GUGA CHACRA

## GUGA CHACRA

Enquanto o Brasil vive o seu pior pesadelo na pandemia, com o número de mortes ultrapassando a marca de 2 mil ontem, os EUA começam a sonhar. A vacinação avança, e a previsão de 100 milhões de doses aplicadas nos 100 primeiros dias de governo Biden será alcançada na metade do tempo. Até o verão no Hemisfério Norte, entre junho e agosto, quase toda a população adulta americana estará vacinada. A economia também dá sinais de recuperação, e este ano deve quebrar o recorde de crescimento do **PIB** em décadas com o ambicioso plano de estímulo do governo democrata.

A atmosfera já mudou aqui em Nova York. Não é a Nova Zelândia, mas há um horizonte claro no fim do túnel. O inverno fica para trás, e entramos na primavera com a expectativa de derrotar o coronavírus. Casos, mortes e hospitalizações por Covid-19 diminuem todos os dias. Milhões são vacinados diariamente.

Na economia, o programa de estímulo de Joe Biden custará menos do que a Guerra do Iraque custou no governo de George W. Bush (2001-2009). Mas, em vez de gastar em bombas em um conflito provocado com base em informações falsas, o atual governo usará os US\$ 1,9 trilhão para superar a crise econômica causada pela pandemia da Covid-19. Finalmente, um presidente colocou "America First", ou "Estados Unidos em primeiro lugar".

Por ser residente fiscal dos EUA e ter dois filhos, terei direito a US\$ 7.200 de crédito fiscal. São US\$ 3.600 para cada criança com menos de 5 anos (meu caso) e US\$ 3 mil para cada filho abaixo dos 17 anos. Como eu, dezenas de milhões de pais e mães serão beneficiados no país. Quem recebe até US\$ 75 mil (ou US\$ 150 mil para casais) anuais terá uma ajuda adicional de US\$ 1.400, que se somam a outros US\$ 600 aprovados ainda no governo Trump. Um total de US\$2 mil.

Obviamente, difícil imaginar um americano da classe média que não esteja feliz com o plano, aprovado ontem na Câmara, que prevê ainda ajuda na área da saúde, um suplemento de US\$ 300 semanais de auxílio desemprego, além de financiamento para pequenos e médios negócios e governos municipais e

estaduais. De acordo com pesquisa da Pew Research, 70% dos americanos aprovam o programa de estímulo. Mesmo entre os republicanos, o apoio é de 41%. Algo quase impensável nos EUA polarizados de hoje.

O argumento de que "elevará a dívida pública" levantado por republicanos até é real. Ao mesmo tempo, a dívida pública americana cresceu mais de US\$ 6 trilhões no governo Trump. O ex-presidente nunca foi um conservador fiscal. Reduziu os **impostos** ao mesmo tempo em que elevou os gastos. Longe de ter sido um entusiasta de um Estado mínimo. Além disso, o Partido Republicano nunca ligou se trilhões são gastos em guerras. Por que não gastar na guerra contra a Covid-19? Em vez de destruir o Iraque ou a Líbia, é melhor reconstruir os EUA.

Acreditem, dá para sonhar quando uma pessoa normal que acredita na ciência está no poder como Biden nos EUA. Não interessa se é mais à esquerda, como Jacinda Ardern, na Nova Zelândia, ou à direita, como Benjamin Netanyahu em Israel. O importante é não ser negacionista, os responsáveis pelos pesadelos nesta pandemia.

Site: <https://jornaldigital.oglobo.globo.com/>

# Biden agora mira pacote trilionário de infraestrutura

*Courtney Weaver*

Com a aprovação ontem do projeto de lei de Joe Biden com estímulos econômicos de US\$ 1,9 trilhão, o presidente americano e seus aliados se voltam para sua próxima grande iniciativa parlamentar: um pacote de infraestrutura de vários trilhões de dólares.

Alguns democratas têm a esperança de que um pacote de infraestrutura de grande abrangência possa ganhar apoio bipartidário, ao contrário do que se viu no pacote de estímulos, aprovado sem um único voto republicano.

Mas o governo poderá encontrar dificuldade para elaborar um projeto que seduza republicanos com a renovação de pontes, estradas e redes de banda larga e, ao mesmo tempo, atenda às ambições de Biden de energia limpa e igualdade racial.

"Ele [Biden] quer se mexer o mais rápido possível" disse o democrata Peter DeFazio, presidente da Comissão de Transportes e Infraestrutura da Câmara dos Representantes, após encontro na Casa Branca, na semana passada. "Ele quer que seja muito grande e sente que isso é essencial para o pacote de recuperação."

DeFazio sinalizou que o Congresso poderia aprovar o projeto de lei de infraestrutura por meio de um processo conhecido como "reconciliação", a mesma manobra usada para levar adiante o projeto de estímulos no Senado sem nenhum apoio republicano.

Um amplo pacote de infraestrutura incluiria bilhões de dólares para renovar estradas, pontes e redes de água e esgoto, assim como para expandir redes de banda larga a áreas rurais.

Na semana passada, a Sociedade Civil Americana de Engenheiros deu uma nota "C menos" para a infraestrutura dos EUA e disse que o país precisa gastar US\$ 2,8 trilhões nos próximos dez anos para atualizar suas estradas e ferrovias.

Embora alguns projetos tenham potencial para ganhar apoio republicano, Biden também quer usar o pacote para cumprir a meta do governo de eliminar as emissões de carbono do setor elétrico até 2035, o que será mais difícil de atrair apoio da oposição.

Expandir a construção de moradias sustentáveis e o acesso a transporte público para melhorar a igualdade racial são pontos que também poderiam ser impopulares para alguns republicanos.

Os gastos em infraestrutura - e os empregos criados por projetos de alto orçamento - gozam de alto apoio público, e alguns republicanos têm indicado que aprovariam um projeto de lei mais específico, cujo foco fossem estradas e redes de banda larga.

Mas esse apoio é comedido, já que eles também têm expressado preocupações sobre como o pacote seria custeado. Na campanha, Biden indicou que poderia financiá-lo com o aumento de **impostos** sobre empresas e os mais ricos, mas alguns em seu entorno dizem que ampliar o déficit permitiria ao governo avançar mais rápido.

Bill Galston, pesquisador sênior no centro de estudos Brookings Institution, que foi auxiliar de política interna do presidente Bill Clinton, disse que o governo Biden deveria considerar desmembrar o pacote de infraestrutura em uma série de projetos de lei menores, incluindo um dedicado unicamente ao acesso universal à banda larga, que tem apoio bipartidário.

Ele acredita que a experiência de ter levado a cabo o grande pacote de estímulos de US\$ 1,9 trilhão sem apoio republicano poderia dar a alguns democratas a confiança de usar a mesma cartilha para a infraestrutura.

Galston disse que eles poderiam achar que, "se pensaram grande uma vez, podem fazê-lo de novo - e se tiverem que fazê-lo apenas com democratas, eles o farão". Mas advertiu que eles "provavelmente deveriam pensar duas vezes" a esse respeito.

Democratas progressistas discordam e argumentam que o governo Biden seria ingênuo se estreitasse o alcance de suas ambições na infraestrutura, em especial as ligadas à igualdade racial e às mudanças climáticas.

Kevin DeGood, diretor de políticas de infraestrutura no liberal Center for American Progress, disse que os democratas aprenderam duas lições importantes na



Presidência de Barack Obama.

A primeira é que o pacote de estímulos de Obama em 2009 foi demasiado pequeno, o que serviu de catalisador para, desta vez, aprovarem um bem maior, de US\$ 1,9 trilhão. A segunda é que não podem se permitir ficar esperando enquanto tentam conseguir os elusivos votos republicanos no Senado.

"Você não pode [...] correr indefinidamente atrás dessa cenoura do bipartidarismo pendurada [à frente], se isso significar que vão se passar seis meses, ou um ano, ou um ano e meio, e que ainda assim o acordo acabará se desintegrando."

Análise

Plano americano mostra novo caminho para retomada

Para a década que se seguiu à crise financeira de 2008/2009, muitos analistas apontavam que a política monetária se tornara a "única via possível". Com os governos preocupados em reparar seus balanços patrimoniais enquanto as receitas de **impostos** desabavam depois da crise, sobrou para os bancos centrais a tarefa de tentar estimular a economia por meio de dinheiro barato e programas não convencionais de compra de ativos. O gigantesco pacote de estímulo aprovado nos EUA por fim a esse regime. O alcance da mudança se estenderá para muito além das fronteiras dos EUA.

As últimas previsões da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) são de que o programa de gastos do governo do presidente Joe Biden - que equivale a 8,5% cia renda nacional dos EUA-Juntamente com a rápida implementação dos planos de vacinação, elevará a renda mundial em 1 % neste ano.

A organização estima que o **PIB** global se expandirá em 5,6% neste ano. A previsão anterior, de dezembro, apontava alta de 4,2%.

Uma economia em expansão nos EUA significa que a demanda vai "se espalhar" para o resto do mundo, especialmente para seus vizinhos mais próximos (México e Canadá), assim como para as economias voltadas para a exportação no leste cia Ásia e na Europa.

Para as economias avançadas, as implicações de um crescimento mais rápido nos EUA são quase inteiramente positivas - ao aumentar o potencial de exportações e encorajar o sentimento de "disposição ao risco" que impulsiona o investimento.

No entanto, um superaquecimento dos EUA - se a

demanda maior por bens e serviços levar a restrições de capacidade e a uma **inflação** mais alta - poderia precipitar a elevação das taxas de juro em todo o mundo. Investidores apostam que o Fed (BC americano) ou será obrigado a aumentar as taxas de juro para deter a pressão inflacionária ou se sentirá à vontade para remover estímulos quando a economia retornar a algo próximo do pleno emprego.

Os membros do conselho do Banco Central Europeu já estão preocupados com a possibilidade de que isso possa elevar o custo do crédito - o que reduziria a eficácia de suas iniciativas de estímulo em uma região onde a política monetária continua a ser de longe a maior forma de estímulo.

Países mais pobres que enfrentam problemas para tomar crédito nas próprias moedas terão mais dificuldades para se ajustar. O aumento dos juros reverterá alguns dos fluxos de capital que têm financiado economias frágeis.

Cargas mais altas da dívida do setor público significam que para muitos países pobres o aumento das taxas se fará sentir tanto por déficits governamentais quanto em conta corrente. O aumento dos preços das commodities-empurrado pelas iniciativas de estímulos da China e dos EUA - ajudará os exportadores, mas será um problema a mais para os importadores.

Em última análise, porém, a combinação de políticas é um avanço com relação à dependência da política monetária do período pós-2008. Se a OCDE estiver certa sobre o impacto do programa de estímulo de Biden - e há boas razões para pensar que está -, uma economia americana mais forte ajudará a impulsionar a recuperação mundial. Isso seria ainda melhor se o mundo não tivesse mais que depender de apenas uma fonte de estímulo e outros países ricos fossem igualmente ambiciosos.

Site: <https://valor.globo.com/impreso>

# União indica mais dois nomes para Petrobras

**André Ramalho e Gabriela Ruddy Do Rio**

O governo apresentou, ontem, mais duas indicações para o conselho de administração da Petrobras. A engenheira Cynthia Silveira, oriunda da indústria de óleo e gás, e a advogada Ana Silvia Corso Matte, com experiência em conselhos de empresas do setor elétrico, completam a lista dos oito nomes que compõem a chapa de indicações da União para a eleição do colegiado na assembleia geral que será convocada, possivelmente para abril, com o objetivo de eleger o general da reserva Joaquim Silva e Luna como conselheiro - uma condição necessária para que o diretor de Itaipu Binacional seja efetivado na presidência da estatal.

O currículo dos candidatos indicados pela União sinaliza para uma possível mudança no perfil da composição do conselho de administração, por meio do aumento da presença de pessoas com experiência na indústria de óleo e gás. Se todos os nomes apresentados pelo governo forem de fato eleitos, o colegiado poderá ter quatro membros oriundos do setor petrolífero - o equivalente a praticamente um terço do total.

Hoje, o conselho é composto por onze integrantes, de perfis variados, e só um membro vem da indústria: a geofísica Rosângela Buzanelli, funcionária de carreira da Petrobras e representante dos empregados - embora outros nomes tenham experiência na área, como Ornar Carneiro da Cunha Sobrinho, ex-presidente da Shell Brasil.

Na eleição para o conselho da estatal, oito das onze cadeiras estarão em jogo na assembleia de acionistas, depois que o governo pediu a troca no comando da empresa. Isso porque Roberto Castello Branco foi um dos conselheiros eleitos em 2020, ao lado de outros sete nomes, pelo voto múltiplo-ferramenta prevista na Lei das S.A. que permite distribuir os votos em assembleia por "cabeça" (candidatos). Pelas regras, a saída de qualquer membro eleito por esse mecanismo implica em nova eleição para escolha de todos os titulares das cadeiras que haviam sido definidas pelo voto múltiplo.

Dentre as oito indicações da União, três tem origem na indústria de óleo e gás. Murilo Marroquim, geólogo, ex-funcionário da Petrobras e ex-presidente da Devon Energy do Brasil; e Márcio Weber, engenheiro, ex-Petrobras, ex-diretor da Petroserv e ex-presidente da BOS Navegação, são da cadeia fornecedora da

indústria de óleo e gás. E Cynthia Silveira, engenheira, foi diretora da francesa Total e do Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP), além de conselheira da Transportadora Associada de Gás (TAG) e Transportadora Brasileira Gasoduto Bolívia-Brasil (TBG). Se eleitos, o número de membros oriundos da indústria de óleo e gás, no conselho da Petrobras, pode subir para quatro - considerando Rosângela, cujo mandato está garantido até 2022.

Os nomes sugeridos pelo governo podem não ser todos eleitos, uma vez que acionistas minoritários com pelo menos 5% do capital da empresa podem solicitar eleição por voto múltiplo. Quando esse mecanismo é acionado, novos candidatos podem ser sugeridos em alternativa à chapa apresentada pelo governo. O Banco Clássico já indicou o nome de Leonardo Antonelli para a disputa, caso o voto múltiplo seja acionado.

A chapa apresentada pela União é composta, além do trio Marroquim, Weber e Cynthia, por mais cinco nomes: Ruy Schneider e o almirante Eduardo Bacellar, que concorrem à reeleição; o general Silva e Luna, indicado pelo governo para assumir a presidência da estatal; Sonia Villalobos, oriunda do mercado de capitais e que foi conselheira da estatal entre 2018 e 2020, eleita por minoritários; e Ana Matte, advogada com passagens como diretora de Recursos Humanos no Jornal do Brasil, CSN, Sendas e Telsul e que foi conselheira na Cemig Renova Energia.

O analista da Ativa Investimentos Ilan Arbetman comenta que, apesar de haver uma clara tendência de busca da União por nomes com experiência operacional no setor de energia, ainda é cedo para apontar qual direção a petroleira vai seguir. "Vai haver uma boa oxigenação no quadro de conselheiros, é uma mudança grande em cargos de peso, mas precisamos ver qual vai ser a filosofia de trabalho desse pessoal", comenta.

Segundo uma fonte próxima à Petrobras, o aumento dos riscos associados à interferência do governo na empresa pode ter dificultado a atração de conselheiros oriundos do mercado de capitais e de governança corporativa, o que ajuda a explicar a presença de nomes mais técnicos da indústria.

Na outra direção, estão de saída do conselho da Petrobras João Cox Neto, Nívio Ziviani, Paulo César de Souza e Silva e Ornar da Cunha Sobrinho, que decidiram não ser reconduzidos, segundo fontes, em

meio ao aumento dos riscos associados à intervenção do governo na empresa.

- Se todos os indicados da União forem eleitos, conselho pode ter quatro oriundos da indústria de óleo e gás

- 

BR vai elevar alavancagem para sustentar aquisições

De olho no movimento de transição energética para uma economia de baixo carbono, a BR Distribuidora planeja se posicionar ativamente no mercado em busca de oportunidades de aquisições em novos negócios e, assim, reduzir a dependência da rede de postos de combustíveis. A companhia concluiu em fevereiro a compra da Targus, uma comercializadora de energia elétrica, mas mantém "várias frentes paralelas" de negociações no setor de energia, disse ontem o diretor financeiro, André Natal. Para financiar os novos negócios, a empresa sinalizou que pretende se alavancar.

A BR fechou 2020 com uma alavancagem, medida pela relação entre dívida líquida e Ebitda (lucros antes de juros, **impostos**, depreciação e amortização) de 1,2 vez e vê espaço para assumir mais dívidas para sustentar o reposicionamento estratégico. A distribuidora decidiu aumentar o teto da meta de alavancagem para até 2,5 vezes, ante a faixa de 1 vez a 1,5 vez com a qual a companhia vinha operando desde que foi privatizada, em 2019.

Natal afirmou que a companhia participa, neste momento, de "várias frentes" de oportunidades de crescimento. "Continuamos muito ativos na ponta de M A [fusões e aquisições]. Tem muita coisa acontecendo e estamos muito atentos, participando de várias coisas [oportunidades] paralelas", disse o executivo, durante teleconferência com analistas e investidores.

Questionado se a BR está disposta a investir em aquisições de ativos grandes, Natal respondeu que a empresa "não tem preferência por tamanho". "Queremos que sejam negócios que realmente acreditamos que tenham potencial de geração de valor, a preços interessantes de entrada e onde entendemos ter vantagens competitivas sustentáveis", disse. "Não temos uma preferência particular por tamanho. O portfólio que olhamos hoje tem das duas coisas [ativos menores e maiores]", acrescentou.

A definição dos rumos futuros da BR caberá ao novo presidente da companhia, Wilson Ferreira Júnior. O atual presidente da Eletrobras toma posse na BR ainda neste mês. Enquanto isso, a distribuidora é liderada interinamente pelo diretor de Operações e

Logística, Marcelo Bragança, com apoio de um comitê de transição composto por quatro membros do conselho de administração: Mateus Bandeira, Carolina Lacerda, Ricardo Maia e Alex Carneiro.

Ainda sob a gestão do ex-presidente Rafael Grisolia, a BR fez os primeiros movimentos de reposicionamento no ano passado, ao adquirir 70% da Targus e criar uma comercializadora de gás natural. Parte dos investidores vinha cobrando uma estratégia mais clara e agressiva da companhia para o futuro, uma vez que a BR é uma distribuidora com forte geração de caixa e, portanto, capitalizada.

Atualmente, os negócios da BR ainda são dependentes da rede de postos - responsável por 62% das receitas líquidas. A empresa vê oportunidades na abertura do mercado brasileiro de gás natural e tem planos de entrar na comercialização de etanol. Outra aposta para reduzir a dependência das energias fósseis está na expansão da rede de lojas de conveniência. Em fevereiro, a empresa anunciou a criação de uma joint venture com a Lojas Americanas que prevê a integração das 1.255 lojas das marcas BR Mania e Local em uma nova sociedade, cujo capital será dividido em partes iguais entre as duas.

Natal disse que a ideia da empresa é equilibrar a estratégia de alocação de capital entre compras de ativos e, eventualmente, distribuições adicionais de dividendos. "O que gostaríamos muito de conseguir fazer é ter um balanceamento de alocação interessante em oportunidades orgânicas e inorgânicas, complementadas com distribuições adicionais de dividendos sempre que isso fizer sentido", completou o executivo.

Segundo o diretor financeiro, a revisão da meta de alavancagem é fruto da queda dos custos de captação, associada em parte ao corte das taxas de juros e em parte à melhora da percepção do mercado sobre a resiliência e margens da empresa. (AR)

**Site:**

[https://www.valor.com.br/virador/?valor\\_pro=1#/edition/186733](https://www.valor.com.br/virador/?valor_pro=1#/edition/186733)

## Caminho aberto para agenda social



Numa importante vitória para o início de seu mandato presidencial, o democrata Joe Biden conseguiu a aprovação, ontem, na Câmara de Representantes, a aprovação do gigantesco plano de estímulo de US\$ 1,9 trilhão (em torno de R\$ 11 trilhões), com o qual pretende contornar a crise econômica e social provocada pela covid. "Esta lei trata de dar à espinha dorsal desta nação - os trabalhadores essenciais, o povo trabalhador que construiu este país, as pessoas que mantêm o país funcionando - uma chance de lutar", celebrou, em nota, o presidente, que espera sancionar o pacote amanhã.

O plano foi aprovado sem nenhum voto republicano na Câmara baixa, onde os democratas têm maioria. Os adversários políticos de Biden são contrários ao programa de alívio devido ao seu custo alto, que, segundo eles, aumentará o déficit fiscal e a dívida para as futuras gerações.

A nova lei inclui o pagamento de US\$ 1,4 mil (pouco mais de R\$ 7,9 mil) em ajudas diretas através de cheques para as famílias com renda menor e a extensão da duração do seguro-desemprego até setembro para muitos trabalhadores que iriam perder seus benefícios este mês.

Além de injetar dinheiro na economia e incentivar o consumo - que é o motor do **PIB** americano -, o pacote tem um caráter social marcante, que inclui auxílios para melhorar o acesso às creches para os mais pobres e fundos de auxílio-moradia para salvar os inquilinos dos despejos.

De acordo com a Casa Branca, a legislação "histórica" pode criar até 7 milhões de novos empregos este ano e vai ajudar a salvar vidas e também a reduzir a pobreza infantil.

Um ano depois do surgimento da pandemia, que provocou uma grave crise econômica que deixou milhões de desempregados, o projeto também contempla fundos para a vacinação.

"É a lei mais importante votada pelo Congresso em várias décadas para ajudar os trabalhadores", celebrou o senador progressista Bernie Sanders, que disputou as primárias democratas do ano passado. "Finalmente, nosso governo responde ao sofrimento da classe trabalhadora", acrescentou o parlamentar independente.

**Colapso** No ano passado, com a pandemia do coronavírus, a economia americana sofreu um colapso com uma contração de 3,5% do **PIB**, uma crise sem precedentes desde 1946. Segundo o Escritório de Orçamento do Congresso (CBO), o mercado de trabalho voltará ao seu nível anterior à pandemia apenas em 2024, se nenhuma medida de estímulo for aplicada.

"Este é um momento crítico na história de nosso país", disse a presidente democrata da Câmara, Nancy Pelosi, antes da votação. "A ajuda está a caminho", acrescentou ela, enquanto a Câmara começava a votar. A Casa Branca espera que a legislação seja enviada ao presidente ainda hoje para promulgação amanhã.

Para os republicanos, o pacote, na verdade, poderá comprometer ainda mais a situação do país. "Isso não é uma lei de resgate, não é uma lei de alívio", afirmou o líder da minoria da Câmara, Kevin McCarthy. "É uma longa lista de prioridades de esquerda que antecede a pandemia e que não satisfaz as necessidades das famílias americanas", acrescentou. Para seu correligionário Tom McClintock, trata-se da lei mais de "esquerda" já votada pelo Congresso dos Estados Unidos.

» Procurador-geral é confirmado O Senado confirmou, ontem, o veterano magistrado Merrick Garland como procurador-geral do governo Joe Biden. Há quatro anos, ele foi vetado pela Câmara Alta como juiz da Suprema Corte americana. O nome de Garland, 68 anos, recebeu os votos de 70 senadores - 30 se opuseram ao candidato da Casa Branca para assumir o Departamento de Justiça. Entre os 20 republicanos que votaram a favor da estada Mitch McConnell, que, em 2016, como líder da bancada da maioria, bloqueou a indicação feita pelo presidente democrata Barack Obama para colocar Garland na Suprema Corte.



# O Brasil caminha para a estagflação? - SOLANGE SROUR

**Solange Srouer**

A combinação de estagnação econômica, desemprego elevado e **inflação** alta não é usual. A **inflação** é um fenômeno muito mais comum em economias com excesso de demanda do que um evento típico de economias fracas. A estagflação é uma anomalia, em geral, decorrente de políticas governamentais que interrompem o funcionamento normal do mercado.

Está cada vez mais evidente que as políticas públicas adotadas no combate à crise sanitária e seus impactos econômicos tendem a empurrar o Brasil para a estagflação.

Quando a calamidade sanitária atingiu o Brasil, já enfrenta várias sérias limitações ao crescimento. A pandemia não só escancarou o desequilíbrio estrutural das contas públicas, a baixa produtividade e os enturves ao investimento como também adicionou a esse rol a incapacidade de gestão de riscos.

A alta de coordenação e governança no enfrentamento da pandemia contribuiu para o elevado grau de contágio do vírus e para repetidos ciclos de abertura e fechamento da economia. O atraso na formulação do programa de imunização tirou do Brasil a vantagem de possuir uma ampla rede de saúde pública que seria capaz de promover a vacinação de forma rápida e eficiente.

A conjunção desses/atores gerou sucessivas prorrogações de uma expansão fiscal sem precedentes, cujos resultados ficaram bem aquém do desejado. Nada surpreendente.

Em momento nenhum nós prezamos pelo bom desenho da política pública, tivemos discernimento para deixar claro quais seriam os objetivos pretendidos, nem fizemos escolhas por instrumentos mais eficazes para tal. Pelo contrário.

Flertamos com o populismo na discussão sobre a limitação dos juros cobrados no cartão de crédito, no socorro aos estados e municípios, na investida de tirar o Bolsa Família do teto de gastos e nas inúmeras tentativas de controle de preços.

Não há motivos para comemorar o fato de que as projeções para o crescimento do **PIB** deste ano

estejam próximas de 3,0%, dada a baixa base de comparação de 2020. Tais previsões refletem nada mais do que a expectativa de que a economia encerre o ano em nível inferior ao de dezembro do ano passado.

Na contramão do resto do mundo, novas revisões para baixo nessas estimativas são bastante prováveis - não só em razão das novas medidas de restrição de mobilidade mas principalmente pelo aperto das condições financeiras: alta de juros, desvalorização cambial e ampliação do prêmio de risco do país.

E nesse ambiente que cresce o risco de uma aceleração da **inflação** ainda mais forte do que a elevação já em curso. Em que pesem os altos preços das commodities e as rupturas nas cadeias produtivas, é alta de uma âncora fiscal crível que aumenta o nível de transmissão desses choques para os demais preços da economia.

Tal movimento é turbinado pelas taxas de juros extremamente baixas e pelo aumento do risco-país, que impulsionam o processo de desvalorização do câmbio. O movimento da moeda é visto como mais persistente, intensificam os demais o grau de repasse para os preços domésticos.

**Inflação** alta pode parecer pouco usual para uma economia fraca, mas não o é para uma economia extremamente vulnerável.

Infelizmente não resta ao Banco Central outra saída senão tentar conter o risco de a **inflação** sair do controle a médio prazo. Bem sabemos que, uma vez que o gênio da **inflação** sai da lâmpada, é difícil domá-lo de volta. As inflações implícitas nos títulos indexados ao IPCA já operam acima de 4,5% para os próximos anos.

É passada a hora de o Banco Central reconhecer que a aceleração da **inflação** não é um fenômeno temporário, e sim reflexo de um gradual - porém inequívoco - processo de enfraquecimento dos nossos fundamentos macroeconômicos.

Em 2022, a pandemia deixará de ser um problema para diversos países, enquanto para o Brasil a estagnação do crescimento e a alta da **inflação** levarão a um maior empobrecimento da população. A



saída de processos de estagflação exige medidas amplas de ajuste, vontade e apoio político.

A dificuldade enfrentada para passarmos a PEC Emergencial sem grandes modificações no Congresso e a possibilidade de enfrentarmos em 2022a mesma polarização da eleição passada trazem uma grande dúvida- se tal combinação é factível.

Solange Srouf, Economista-chefe de Brasil do banco Credit Suisse. É mestre em economia pela PUC-Rio

**Site:** <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/>

# Lula diz estar livre da Lava Jato e faz aceno ao centro

Adriana Ferraz Bruno Ribeiro Matheus Lara Apto a disputar a eleição de 2022 após ter suas condenações na Lava Jato anuladas pelo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Edson Fachin, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva usou seu primeiro pronunciamento após a decisão do magistrado para enviar recados ao "mercado" e à classe política, além de críticas ao ex-juiz Sérgio Moro e ao presidente Jair Bolsonaro. Em discurso de duas horas, ontem, no Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, em São Bernardo do Campo, o petista afirmou que está "livre da Lava Jato" e vai procurar políticos não só da esquerda, mas do centro, em busca de uma "solução" para a atual crise. Em tom de candidato, se disse "conciliador" e declarou que deve conversar com empresários: "Não tenham medo de mim".

Alternando declarações mais calmas com duros ataques ao presidente, Lula fez um contraponto à conduta do governo no combate à pandemia. "Não siga nenhuma decisão imbecil do presidente da República ou do ministro da Saúde. Tome vacina." Questionado sobre a decisão de Fachin, o ex-presidente agradeceu ao ministro, mas questionou o "timing". "O meu tempo não era o tempo deles (Poder Judiciário)." Fora da Lava Jato, Lula ainda é réu em seis ações penais que tiveram origem em outras investigações.

I Haddad

Em fevereiro, o ex-prefeito de São Paulo Fernando Haddad disse que aceitou a orientação de Lula para "rodar o País" e "colocar o bloco na rua".

ELEIÇÃO DE 2022.

Lula disse não aceitar se colocar como candidato agora nem dizer se o PT vai encabeçar uma chapa, mas não descartou aliança com partidos de centro. "Temos de esperar chegar o momento, é aí que se vai decidir se será possível uma candidatura única e se podem ser feitas alianças só na esquerda. A gente não pode ficar respondendo à insistência sobre candidatura agora. O que precisamos é andar. O (Fernando) Haddad pode fazer isso nas universidades. E depois a gente discute o resultado do que fomos capazes de produzir." POLARIZAÇÃO. Segundo Lula, "não se pode ter medo de polarizar".

"Tem que ter medo é de ficar esquecido. Gosto de eleição em dois turnos justamente para construir as alianças e reunir o País. Se o adversário vai ser Bolsonaro, não sei. Ele tem 20% de milicianistas, vamos ver."

FRENTE AMPLA.

O ex-presidente questionou a criação de uma frente ampla, com partidos do centro e da esquerda contra Bolsonaro. "Uma frente de esquerda é mais fácil construir para produzir um programa contra o que está acontecendo com a direita, mas esse programa pode envolver setores conservadores."

Se colocar na frente a questão eleitoral, se trunca qualquer negociação. Vejo muita gente falar sobre "frente ampla", mas o que se fala agora é frente de esquerda. Ela será ampla se conseguirmos conversar com outras forças políticas."

I Frente

Ciro Gomes e Luciano Huck aparecem nas conversas sobre a construção de uma "frente ampla" contra Jair Bolsonaro.

Lula criticou.

CIRO E HUCK.

Lula ainda criticou o ex-ministro Ciro Gomes (PDT). "Quando chegar a época da eleição, as coisas vão acontecer, não estou preocupado."

Só o Ciro está preocupado. Se ele continuar com essas grosserias, o fim dele vai ser sem apoio da esquerda e sem confiança da direita." Sobre o apresentador Luciano Huck, apontado como potencial candidato ao Planalto, o petista respondeu à declaração do empresário de que "figurinha repetida não completa álbum". "Figurinha repetida carimbada vale pelo álbum inteiro", disse Lula.

I Justiça

Edson Fachin anulou as condenações de Lula na Lava Jato. O petista, porém, ainda é réu em ações de outras operações, como Zelotes e Janus.

## LAVA JATO.

O ex-presidente afirmou que a Lava Jato "desapareceu" de sua vida, embora a decisão de Fachin possa ser objeto de recurso por parte da Procuradoria e analisada pelo plenário do STF. "Estou satisfeito que tenha sido reconhecido aquilo que meus advogados vem dizendo. Agora quero dedicar o resto de vida para voltar a andar por esse País para conversar com esse povo." Sobre Moro, disse que vai continuar "brigando" para que o ex-juiz seja considerado suspeito.

## PETROBRÁS.

Para Lula, a Lava Jato causou prejuízos à Petrobrás.

"Por conta da Lava Jato, o Brasil deixou de ter investimentos de R\$ 172 bilhões." Para o ex-presidente petista, a operação poderia ter atuado sem atingir as "empresas geradoras de empregos".

Covid Apesar do discurso em defesa da vacina, Lula reuniu apoiadores ontem em evento presencial.

E, na hora do pronunciamento, tirou a máscara.

## BOLSONARO E PANDEMIA.

Lula criticou Bolsonaro ao dizer que ele "passou 32 anos como deputado e conseguiu passar para a sociedade que não era político".

Vocês imaginam o poder do fanatismo? Através de fake news, o mundo elegeu um Bolsonaro." O ex-presidente afirmou ainda que vai se vacinar contra a covid-19 e que fará "propaganda". "Não siga nenhuma decisão imbecil do presidente da República ou do ministro da Saúde. Tome vacina", disse.

Ele ressaltou ainda o papel dos governadores no enfrentamento do coronavírus e prestou solidariedade às vítimas e aos "heróis e heroínas do SUS".

## PRIVATIZAÇÕES.

O petista citou o ministro da Fazenda, Paulo Guedes, para falar sobre privatizações e crescimento econômico.

"Você já viu o Guedes falar uma palavra de desenvolvimento econômico e distribuição de renda? O que vai fazer nossa dívida diminuir em relação ao **PIB** é o investimento público.

Se o Estado não confia na sua política e não investe, por que o empresário vai investir?"

2018 Nas eleições, a onda conservadora que elegeu Bolsonaro levou a uma renovação do Legislativo, com a criação da "bancada bolsonarista".

## CONGRESSO.

Lula disse que gostaria de ter um Congresso composto por pessoas "de esquerda, gente progressista", mas que, uma vez que "o povo elegeu quem quis", afirmou que iria "dialogar com todos". "Não tenham medo de mim. Eu sou radical porque quero ir até as raízes dos problemas do País."

MERCADO. O ex-presidente buscou fazer uma separação entre "mercado produtivo" e "mercado financeiro", acentuando críticas ao segundo.

"Por que o mercado tem medo de mim? Quer ver o povo consumir, tem que gostar de mim."

Pena Lula foi preso em 2018 para cumprir pena pela condenação na ação do triplex.

A sentença da 1ª instância foi confirmada pelo TRF-4 e pelo STJ.

## PRISÃO.

"Fui vítima da maior mentira jurídica contada em 500 anos de história. Se tem brasileiro que tem razão de ter mágoas, sou eu. Mas não estou."

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Esperança e desconfiança na América Latina

## (3)

Ao contrário do que pensam uns poucos dirigentes políticos desconectados da realidade, que veem nos dados do aumento de casos de contaminação e de mortes pela covid-19 apenas uma tentativa dos meios de comunicação de disseminar o pânico, analistas econômicos sensatos estão revendo para baixo suas projeções de crescimento das economias de seus países em 2021 justamente por causa da pandemia.

É isso que mostra a Sondagem Econômica da América Latina elaborada pelo Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (Ibre/ FGV) com base em entrevistas feitas em dez países.

O Brasil é um caso exemplar. Dos brasileiros entrevistados, 66,7%, ou exatamente dois terços, reviram para baixo as projeções que faziam no último trimestre de 2020. A projeção média para o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro em 2021 agora é de 3%.

Talvez na nova pesquisa, a ser realizada no segundo trimestre, a projeção seja novamente revista. Os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) sobre o desempenho da economia brasileira em 2020 mostram uma desaceleração da atividade nos meses finais do ano passado, numa tendência que dados preliminares indicam estar se repetindo no início de 2021.

A despeito de números ainda preocupantes da atividade econômica na América Latina e da lentidão com que, na maioria dos países da região, avança a vacinação contra o novo coronavírus, houve melhora no clima econômico entre o último trimestre de 2020 e o primeiro de 2021, de 60,7 para 70,5 pontos.

Mas os próprios responsáveis pela pesquisa tratam de limitar o alcance desse movimento. "Apesar da alta de 9,8 pontos, o indicador continua na zona desfavorável do ciclo econômico, com uma combinação de avaliações desfavoráveis sobre o presente e expectativas otimistas em relação ao futuro próximo." O principal fator de otimismo é o início do programa de imunização contra a covid-19 também na região.

No país que mais se preparou para essa etapa, o Chile, todos os consultados pela pesquisa reviram para cima suas projeções para o **PIB** chileno em 2021.

O Brasil lidera a classificação do número de especialistas que ficaram mais pessimistas. Razões para essa mudança não faltam.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Lula em plena campanha para voltar ao poder (3)

Para quem, como o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, diz ser prematuro falar em candidatura ou campanha eleitoral, só o fato de fazer o pronunciamento de ontem na sede do Sindicato dos Metalúrgicos em São Bernardo do Campo já seria uma contradição. A anulação dos processos da Lava-Jato contra ele era só pretexto. Com a verve conhecida e o talento incomparável para o palanque, Lula não fez outra coisa além de campanha durante as duas horas e meia em que ficou diante do microfone.

Suas contradições não se limitaram a agir como candidato ou a repetir a versão sem pé nem cabeça que sempre manteve diante dos fatos apurados pela Operação Lava-Jato, que desvendou suas relações promíscuas com os maiores empreiteiros do país. Lula fez questão de repetir uma visão econômica que, quando não está apenas defasada (ainda fala na produção de carros e petróleo, quando o mundo já migra para a era de energia limpa), é simplesmente errada (espanta-se que mercado financeiro o tema para, quase na mesma frase, criticar a autonomia do Banco Central).

"Não é possível permitir que o preço do combustível tenha que seguir o preço internacional se nós não somos importadores de petróleo", afirmou, num eco quase literal de palavras do presidente Jair Bolsonaro. Demonstra a mesma incapacidade de entender como funciona o mercado de combustíveis. No governo Dilma, o PT fez aquilo que Bolsonaro não teve coragem de fazer: à moda da Venezuela, congelou preços de derivados do petróleo, numa tentativa insensata de controlar a **inflação**. Ao mesmo tempo, elevou as despesas públicas, na vã esperança de a economia voltar a crescer. O resultado é conhecido: o país mergulhou numa recessão brutal, Dilma sofreu impeachment por não cumprir regras fiscais, e até hoje o Brasil não saiu do buraco.

Lula continua o mesmo: um animal político hábil e lábil, capaz de adaptar suas palavras ao ouvido do interlocutor e de manter a aura que encanta políticos de diversos matizes (ontem houve até aceno a Rodrigo Maia) e ainda seduz multidões. Também repete as mesmas ideias e propostas de sempre. O PT de volta ao poder dificilmente desafiaria as corporações incrustadas no Estado ou faria as privatizações e reformas necessárias para o Brasil avançar. Da última vez, em lugar disso, deixou como

herança a recessão, o buraco fiscal sem fundo e o intervencionismo desastrado. Não há como esperar um programa diferente de quem ainda afaga ditadores em países como Cuba e Venezuela.

Não que Lula esteja errado em tudo. Entrou no palco de máscara, passou álcool nas mãos e prestou solidariedade às vítimas do coronavírus. Defendeu a vacina, lembrou a campanha bem-sucedida contra a gripe H1N1 em seu governo e usou até o Zé Gotinha, personagem que chamou de apartidário, para falar na tradição brasileira na vacinação. São atitudes dignas de aplauso, que contrastam com o descaso, a irresponsabilidade e a falta de compostura de Bolsonaro diante da pandemia.

O futuro jurídico de Lula depende do que o Supremo Tribunal Federal decidir sobre os processos em que foi condenado na Lava-Jato. O político desde ontem ficou evidente: está em campanha para voltar ao poder. Seria bom se o tempo em que ficou preso e os erros do passado tivessem ensinado algo a ele e ao PT. Infelizmente, pelo que se ouviu no discurso, não aprenderam nada.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>